

## NO ENCONTRO DAS ÁGUAS: MULHERES CAMPONESAS DO SERTÃO DO PAJEÚ TRANSFORMANDO O SEMIÁRIDO

Juliana Funari

*Na problemática sociopolítica da água no semiárido, as mulheres camponesas do Sertão do Pajeú constroem resistências a partir de outra racionalidade, desenvolvem conhecimentos e práticas de valorização da água como bem comum. Na direção do direito à água com igualdade de gênero, abordamos seu fortalecimento político a partir da auto-organização, em uma construção feminista, ecológica e popular, que contribui para a gestão participativa e equitativa desse elemento vital para uma convivência emancipatória com o semiárido.*

**T**emos como ponto de partida as relações históricas das mulheres camponesas do Sertão do Pajeú – um território do semiárido pernambucano<sup>1</sup> – com a água. Sertanejas, catingueiras, trabalhadoras rurais, agricultoras, indígenas, negras – que, diante das injustiças e opressões que permeiam suas vidas, (re)existem, semeiam e colhem as águas das veias da terra, raízes e nuvens. Mulheres que há gerações lutam cotidianamente pelo acesso à água para suas famílias, que enfrentam barreiras materiais e simbólicas para o reconhecimento de seu trabalho e que, mesmo nas adversidades, afirmam gostar de conviver com a natureza do sertão, com a qual profundamente se identificam.

Por meio das lentes do ecofeminismo construtivista (PULEO, 2011) e da ecologia

política (LEFF, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2008), percebemos que as múltiplas formas de gestão da água se dão a partir dos modos de vida, das cosmovisões e das diferentes perspectivas dos sujeitos ativamente transformadores da natureza. O acesso e a gestão das águas estão atrelados às condições de gênero, classe, etnia e raça, assim como aos conflitos socioambientais resultantes das relações de poder estabelecidas no território, de forma conectada ao contexto global capitalista, no qual existe um processo intenso de mercantilização da natureza.

No semiárido brasileiro, as estiagens prolongadas, ou as chamadas grandes secas, são um elemento central na questão da água. Características do clima da região obedecem a uma lógica natural e cíclica,

podendo chegar a durar seis anos consecutivos. Entretanto, a estrutura da problemática da água no semiárido é sociopolítica, pois se funda não apenas em aspectos ambientais, mas sobretudo na sua integração em um contexto histórico de dominação e de injustiças socioambientais<sup>2</sup> (FUNARI, 2016).

O problema da “seca” é tão antigo quanto a colonização, estruturando-se desde o século XVIII na concentração de terra e água nas mãos de uma restrita elite agrária e na ausência de políticas públicas adequadas à convivência dos(as) sertanejos(as) com a natureza (ANDRADE, 1973). As estiagens atingiam intensamente a produção camponesa, constituída de sistemas de sequeiro<sup>3</sup> – dependentes das chuvas do inverno. Produziam-se, como uma construção social, os cenários onde as mulheres caminhavam quilômetros com latas na cabeça para acessar fontes de água voltadas para usos vitais, como beber e cozinhar.

As(os) camponesas(es) desenvolveram estratégias de convivência com o semiárido como forma de resistência. Buscavam construir sociedades autossustentáveis e adaptadas aos sertões. Exemplos históricos são o Arraial de Canudos, no século XIX, e a fazenda Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, no início do século XX (MARTINS, 1990).

De 1950 a 1980, a ação do Estado se limitou ao combate à seca, resumindo-se a frentes de emergência, abastecimento das populações com carros-pipa e distribuição de cestas básicas. As frentes de emergência

empregavam os homens camponeses atingidos pelas estiagens na construção de estradas e em obras hídricas. Na prática, essas obras beneficiavam as elites locais e se estabeleciam sob péssimas condições de trabalho e baixos salários (MEDEIROS FILHO E SOUZA, 1988). No Sertão do Pajeú, esses fatos levaram os trabalhadores rurais a se organizarem contra a chamada “emer-

gência do patrão” na grande seca de 1979-1984.

Para compreendermos os desafios das mulheres é preciso considerar que tudo isso ocorre dentro do sistema patriarcal e da decorrente divisão sexual do trabalho,<sup>4</sup> segundo a qual as mulheres são responsabilizadas pelos trabalhos reprodutivos, pela preparação de alimentos,

pelos cuidados com a saúde da família e pelo abastecimento de água e lenha. Precisam garantir que tais insumos cheguem aos membros da casa mesmo durante as estiagens – quando os recursos se tornam mais escassos –, o que suscita um grande peso nas vidas das sertanejas. As mulheres percebem e respondem de forma muito particular às mudanças no acesso aos meios de sobrevivência, sendo frequentemente as primeiras a reagirem contra a escassez, a privatização e a deterioração da natureza (SHIVA, 2006).

As camponesas participantes de nossa pesquisa<sup>5</sup> vivenciaram na pele essas dificuldades. Uma das agricultoras entrevistadas conta sobre as mudanças e permanências entre a grande seca de 1960 e a de 1980:

**Produziam-se, como uma construção social, os cenários onde as mulheres caminhavam quilômetros com latas na cabeça para acessar fontes de água voltadas para usos vitais, como beber e cozinhar.**

Tinha aqueles períodos de seca, meu pai saía para trabalhar nas emergências, lá no São Serafim, que hoje é Calumbi, ia fazer estradas. De 15 em 15 dias, ele vinha trazer aquele pouco de dinheiro pra gente fazer as compras. A emergência era por causa da seca, davam aquele emprego pra consertar estrada, bater tijolos. Eu mesma bati tijolo, o tijolo dessa cacimba comunitária eu mesma ajudei a fazer, era comunitária a cacimba. Nisso já estava um tempo melhorzinho, quando eu bati tijolo, mas quando meu pai trabalhava no São Serafim... Minha mãe com os filhos pequenos, eu era pequena e ajudava com os meninos. Minha mãe arrancava os balaios de mandioca, porque a mandioca é uma raiz resistente, mesmo na seca ela está lá, acudiu muito as necessidades. E o guandu, que a minha mãe nunca deixava de plantar. Ela catava aquele guanduzinho verde, ralava mandioca no ralo, fazia beiju. Minha mãe foi toda vida batalhadora, ela organizou e comprou uma vaca que estava esperando bezerro. Dessa vaca era o sustento da casa. Pai saía pra trabalhar e nós pequenos ficava, minha mãe ia pra casa de farinha, arrancava o balaio de mandioca, botava na cabeça e ia lá fazer (agricultora, município de Santa Cruz da Baixa Verde, Sertão do Pajeú).

A partir do mote da geração de renda e superação da fome, dentro do movimento sindical dominado por homens, Vanete Almeida<sup>6</sup> – assessora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco na época – conseguiu apoio dos sindicalistas e elaborou com outras mulheres o documento Mulheres Excluídas do

Plano de Emergência, enviado ao governo, a jornais e à OAB, em 1983.

Quando o governo permitiu o alistamento das mulheres, estava socialmente estabelecido que seria para realização de “trabalhos de mulher”, como cozinhar. Elas queriam mais. Indo além das margens do patriarcado, as mulheres do Sertão do Pajeú conquistaram seu espaço na construção de pequenas obras hídricas comunitárias.

Elas queriam trabalhar diretamente nas obras. Pressionaram e conseguiram. Os homens não acreditavam que elas eram capazes de fazer um barreiro. As mulheres deram a resposta: começaram a fazer barreiros igual aos homens e até melhor (ALMEIDA, 1995, p. 117).

A luta pela água permeia a aproximação das mulheres do Sertão do Pajeú e torna-se um importante elemento para impulsionar sua auto-organização política. A participação das mulheres nas frentes de emergência, na grande seca de 1980, foi fundamental para a mobilização de lideranças comunitárias e a construção de uma consciência coletiva. Em 1984, foram criadas as condições para o primeiro encontro do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC)<sup>7</sup> (JALIL, 2014).

Na estiagem de 1993, elas reivindicaram o alistamento nas frentes de emergência e fizeram exigências para o reconhecimento de seus direitos nos próprios sindicatos. No mesmo ano, participaram do primeiro acampamento na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no qual

cerca de mil trabalhadores e trabalhadoras se instalaram na sede daquela autarquia para pressionar o governo.

Baptista e Campos (2013) apontam que, nas décadas de 1990 e 2000, a sociedade civil organizada influenciou fortemente para que o semiárido se tornasse uma pauta política permanente, atrelando esse fato às ações históricas de resistência camponesa e, mais recentemente, à articulação social para a convivência com o semiárido baseada na valorização de alternativas locais. Essa mobilização culminaria na criação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)<sup>8</sup> em 1999.

Nesse novo contexto, que influenciou significativamente o Pajeú, as lutas e os olhares das mulheres sobre a água se integram e se transformam, havendo um fortalecimento da água enquanto sua bandeira de luta na perspectiva da agroecologia e da convivência com o semiárido.

As mulheres camponesas atuam de forma ativa para a conservação das águas por meio de práticas ecológicas de manejo da natureza, e também de suas práticas políticas. Auto-organizadas no MMTR-SC, em grupos comunitários, na Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú,<sup>9</sup> inclusive com apoio da ONG feminista Casa da Mulher do Nordeste,<sup>10</sup> dedicam-se a ações voltadas para a recuperação do Rio Pajeú e seus riachos; para mobilizações e formações em torno das tecnologias sociais de água; e para a Caravana em Defesa do Rio Pajeú.

**As mulheres desenvolveram uma relação de cuidado com a água, por elas percebida como uma condicionante para a reprodução da vida e o bem viver de suas famílias.**

Em 2002, o MMTR-SC<sup>11</sup> iniciou uma campanha para recuperação do Riacho Olho d'Água, inspirando importantes ações, como a Caravana em Defesa do Rio Pajeú, que ocorreu pela primeira vez em 2004 e

até hoje é um potente processo coletivo.<sup>12</sup> O objetivo é fortalecer a articulação da sociedade civil para reativar o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú; contribuindo para mudanças culturais a partir de ações coletivas de educação ambiental e funcionando como uma meto-

dologia participativa de monitoramento e incidência política sobre as condições socioambientais das águas da bacia.

Nas últimas duas décadas, as ações das mulheres vêm sendo potencializadas por políticas públicas inéditas na região – drasticamente reduzidas pelo governo ilegítimo de Michel Temer. As políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater Mulheres<sup>13</sup> e Ater Agroecologia<sup>14</sup> – favoreceram suas práticas ecológicas com a água. Por sua vez, os programas da ASA<sup>15</sup> disseminaram o acesso a tecnologias sociais, como as cisternas para armazenamento de água da chuva, por meio de amplos processos de controle social nas chamadas comissões municipais da ASA.

Para além dos percalços e da necessidade permanente de incidência dentro de ambientes políticos permeados pela cultura machista, as mulheres e suas organizações têm construído práticas que rompem padrões e preconceitos, bem como contribuem para a apropriação das tecnologias sociais pelas mulheres.

A gente não era da ASA ainda, mas em 2004 a gente se desafiou. Fomos a primeira organização no Nordeste a fazer um curso de formação para mulheres pedreiras cisterneiras. Porque esse campo da construção civil é dominado pelos homens, e havia algumas mulheres que tinham interesse em aprender. Foi fantástico, houve muitas críticas dos homens. Elas construíram as cisternas. [...] hoje a ASA apoia totalmente, em muitos estados existem muitas mulheres cisterneiras (coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste, no Sertão do Pajeú).

Houve também uma relativa redução do tempo e dos esforços gastos na realização dos serviços de casa a partir do armazenamento e da gestão da água acarretados pelas tecnologias sociais, porém, a divisão sexual do trabalho continua afastando-as dos espaços políticos, existindo barreiras materiais e simbólicas mais profundas que precisam ser quebradas.

Em contraste à lógica da “indústria da seca” que ainda permeia as relações com a água no território – desde grandes obras hídricas caríssimas e ineficientes até venda e desvio de água, uso da água como moeda política –, as mulheres desenvolveram uma relação de cuidado com a água, por elas percebida como uma condicionante para a reprodução da vida e o bem viver de suas famílias. Uma relação radical no sentido de ser ligada à raiz da vida e contra a mercantilização da natureza, que se baseia na perspectiva da água enquanto um bem comum – público e de gestão coletiva –, uma das bases do paradigma da convivência com o semiárido.

Como elemento da natureza próximo das mulheres e direito a ser conquistado, a água conecta as camponesas no Sertão do Pajeú. A partir de uma relação histórica com a água, elas trazem outros olhares, conhecimentos e práticas para a construção de uma convivência com o semiárido emancipatória para as mulheres e, de fato, transformadora da sociedade.

Por fim, considerando que não há questão ecológica que não seja uma questão humana, os movimentos e organizações de mulheres camponesas constituem um campo político socioambientalista, feminista e popular, contribuindo para a gestão participativa e equitativa da natureza em direção ao direito à água com igualdade de gênero. **OBS**



### Juliana Funari

É gestora ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) e mestra em desenvolvimento e meio ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É membro do Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia (Neppag-Ayni) da UFPE e do Dadá – Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde, da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Integra a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste.

 **Referências**

- AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos Avançados*, v. 13, n. 16, 1999, p. 5-59.
- ALMEIDA, V. *Ser mulher num mundo de homens*: Vanete Almeida entrevistada por Cornélia Parisius. Serra Talhada: Sactes/DED – MMTR/NE, 1995.
- ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- BAPTISTA, N. de Q. e CAMPOS, C. H. Formação, organização e mobilização social no semiárido brasileiro. In: CONTI, I. L. e SCHROEDER, E. O. (Org.). *Convivência com o semiárido brasileiro*: autonomia e protagonismo social. Brasília: Iabs, 2013.
- FUNARI, J. N. *Um sertão de águas*: mulheres camponesas e a reapropriação social da natureza no Pajeú. Tese de mestrado em desenvolvimento e meio ambiente. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2016.
- JALIL, L. M. *As flores e os frutos da luta* – o significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais. Tese de doutorado em ciências sociais. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2013.
- KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. et al. *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- LEFF, H. *Racionalidade ambiental*: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MEDEIROS FILHO, J.; SOUZA, I. *A seca do Nordeste*: um falso problema. Petrópolis: Vozes, 1988.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina*. Oceania, v. 7, n. 4:570, 2008, p. 2-510.
- PULEO, A. H. *Ecofeminismo para outro mundo possível*. *Feminismos*. 1. ed. Madrid, 2011.
- SHIVA, V. *Guerras por água*: privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical Livros, 2006.



## Notas

- 1 A delimitação que adotamos nesta análise é a do Programa Territórios da Cidadania, realizado em 2008 pelo Governo Federal como parte de uma nova abordagem territorial de desenvolvimento rural.
- 2 Na ecologia política, o conceito de injustiça ambiental está atrelado às desigualdades no acesso e no controle dos recursos naturais, bem como na distribuição dos ônus ou impactos socioambientais gerados pelo modelo de desenvolvimento. Nessa perspectiva, o que define o poder e as condições dos sujeitos envolvidos nos conflitos socioambientais são as condicionantes de classe, raça, etnia e gênero. Para maior aprofundamento, ver o livro *Conflitos ambientais no Brasil*, de Henri Acselrad.
- 3 A produção de sequeiro é característica dos sistemas produtivos camponeses no semiárido, não possui irrigação e consiste no desenvolvimento dos cultivos por meio dos ciclos de águas das chuvas, sendo as sementes estrategicamente plantadas no período do esperado inverno.
- 4 A divisão sexual do trabalho é sedimentada em uma específica separação – o trabalho masculino é diferente do trabalho feminino – e hierarquização – o trabalho masculino tem um valor superior ao trabalho feminino. Essa forma de organização do trabalho, arraigada no sistema patriarcal, tem responsabilizado as mulheres pelos trabalhos reprodutivos, socialmente desvalorizados e invisibilizados. Ao mesmo tempo que as subjugam aos espaços privados e domésticos, as exclui dos espaços públicos e políticos (KERGOAT, 1996).
- 5 Este artigo foi construído a partir de um recorte de nossa pesquisa de mestrado, *Um sertão de águas: mulheres camponesas e a reapropriação social da natureza no Pajeú*, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, em 2016. Metodologicamente, partimos de uma aproximação com a realidade de sete mulheres camponesas do território por meio de entrevistas semiestruturadas e oficinas participativas de mapeamento, ambas voltadas para a identificação das relações de gênero nos processos de gestão da água nas propriedades, nas comunidades rurais e nos espaços políticos do território.
- 6 Maria Vanete Almeida (1943-2012), mulher sertaneja, feminista e uma das idealizadoras do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e Sertão Central. Na década de 1980 era uma das poucas mulheres no movimento sindical, lutando pelo reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais e por seus direitos. Inspirou o livro *Ser mulher num mundo de homens*, de Cornélia Parisius. Presidiu o Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor) em Serra Talhada (PE), integrou o Conselho Nacional de Políticas para Mulheres de 1996

a 2003 e, em 2005, foi indicada pela ONG suíça Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo ao Prêmio Nobel. A partir de 1996, tornou-se coordenadora internacional da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe, que ajudou a fundar.

- 7** O território do Sertão do Pajeú abrange dois polos sindicais, o Polo Sindical do Sertão do Pajeú e o Polo Sindical do Sertão Central. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do território nasce da articulação com o Polo Sindical do Sertão Central.
- 8** A Articulação do Semiárido Brasileiro é uma rede de organizações da sociedade civil de distintas naturezas (sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONGs, Oscip etc.), hoje abrangendo mais de 3 mil organizações. Inicialmente, foi constituída por 61 organizações da sociedade civil, as quais lançaram o documento Declaração do Semiárido: Propostas da Articulação no Semiárido Brasileiro para a Convivência com o Semiárido e Combate à Desertificação, uma proposta de ruptura com a filosofia e as ações de combate à seca. A declaração apontava a necessidade de medidas estruturantes para o desenvolvimento da região, pleiteava medidas políticas permanentes e fomento de práticas de convivência com o semiárido. Hoje, a ASA tem um papel central na incidência política, na formulação e na execução de políticas públicas baseadas na perspectiva da convivência com o semiárido e a agroecologia. Para mais informações, ver o site da articulação: <<http://www.asabrasil.org.br/>>.
- 9** A Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú é composta de mais de 30 grupos comunitários de mulheres produtoras e artesãs, articulando mais de 500 mulheres camponesas. Nasceu em 2006, a partir de um projeto idealizado pela ONG Casa da Mulher do Nordeste integrado à metodologia da Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste. Este era voltado para o fortalecimento da auto-organização das mulheres para conquista de sua autonomia política e econômica. Hoje se articula como uma organização autônoma.
- 10** A Casa da Mulher do Nordeste é uma ONG feminista criada em 1980 em Recife. Sua missão é o empoderamento econômico e político das mulheres a partir da perspectiva feminista. Desenvolve no território do Pajeú, desde 2003, o Programa Mulher e Vida Rural, que visa fortalecer a capacidade de produção e de participação política das mulheres em espaços rurais por meio da construção de conhecimentos agroecológicos e da auto-organização em rede. Site: <[www.casadamulherdonordeste.org.br](http://www.casadamulherdonordeste.org.br)>.
- 11** Estiveram envolvidos na recuperação do Riacho Olho d'Água o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde e a ONG Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor).



- 12** Como parte da metodologia da pesquisa, participamos da Caravana em Defesa do Rio Pajeú em 2014, a qual foi organizada no território por organizações não governamentais, movimentos sociais, sindicatos rurais e uma universidade, atuantes na região em defesa da agricultura familiar, do meio ambiente e de justiça socioambiental. Participaram 56 pessoas, entre equipe técnica das ONGs, pesquisadores(as), sindicalistas e agricultores(as) oriundos(as) dos 28 municípios que compõem a bacia hidrográfica do Rio Pajeú.
- 13** A partir de 2003, o movimento de mulheres conquista uma nova metodologia e política dentro da Assistência Técnica e Extensão Rural, a denominada Ater Mulheres. Essa política pública é voltada para implementação de ações de assessoria técnica com mulheres rurais e agricultoras, no desenvolvimento de estratégias que fortaleçam sua autonomia produtiva, economia e política. Ver livro *Ater Mulheres – autonomia e luta: experiências de metodologias feministas*, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2017.
- 14** A Ater Agroecologia é uma conquista do movimento agroecológico do Brasil visando promover a agroecologia enquanto base para o desenvolvimento rural. Dentro da metodologia dessa política, as mulheres do campo agroecológico conseguiram garantir que pelo menos 30% dos recursos fossem destinados a atividades específicas com as mulheres rurais. Além disso, o público beneficiário deveria ser constituído por 50% de mulheres rurais.
- 15** O Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC) se consolidou como um programa voltado para a descentralização e democratização da água no governo Lula, em 2003. É voltado para a construção de cisternas de placas de primeira água, ou seja, água destinada ao consumo humano doméstico, ao redor da casa das famílias. A cisterna e o sistema de captação são construídos pela própria família e comunidade, havendo a proposta de apropriação da tecnologia social pelos sujeitos envolvidos. O programa prevê ainda formações sobre Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH), que foca o acesso à água enquanto direito e para a convivência com o semiárido. O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), iniciado em 2007, é voltado para a construção de tecnologias sociais de segunda água, ou armazenamento de água para a produção agrícola e criação de pequenos animais, integrando essas com o fomento à produção agroecológica. O programa envolve formações para a convivência com o semiárido por meio de capacitações em Gerenciamento da Água para Produção de Alimentos (Gapa) e em Sistema Simplificado de Manejo da Água (SSMA).